



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

FUAD KYRILLOS NETO

**PSICANÁLISE E DECOLONIZAÇÃO NO BRASIL.
A REPETIÇÃO DA NOVIDADE?**

**Janeiro de 2023
Oficina n.º 462**

Fuad Kyrillos Neto

**Psicanálise e decolonização no Brasil.
A repetição da novidade?**

**Oficina do CES n.º 462
Janeiro de 2023**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Propriedade e edição

Centro de Estudos Sociais

Colégio de S. Jerónimo

Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

Coordenação da publicação

Paula Sequeiros, Teresa Cunha

E-mail: oficina@ces.uc.pt

Fuad Kyrillos Neto*

Psicanálise e decolonização no Brasil. A repetição da novidade?

Resumo: Abordamos o aumento do interesse das/dos psicanalistas brasileiras/os pela decolonialidade. Para isso, partimos da constatação da escassez de referências ao Congresso Psicanalítico das Bananas, evento inaugural do lacanismo no Brasil, caracterizado pela aproximação da psicanálise com a brasilidade. Apoiados nas acepções da história traumática, analisamos documentos e matérias de jornais para investigarmos o que as atuais tentativas de articulação entre psicanálise e decolonialidade deixam adormecido. Assim, são omitidos na produção atual significantes que aludem ao embate com Miller. Concluimos que o passado traumático da psicanálise demanda simbolização para que as/os analistas não corram o risco de repetir e aprofundar equívocos como a colonização imaginária.

Palavras-chave: psicanálise, decolonização, história, trauma, repetição.

Não sigo [Lacan], mas quando encontro, tento andar ao lado.¹

Introdução

Temos assistido a uma multiplicação de textos que consideram as contribuições da teoria psicanalítica na abordagem dos efeitos da herança colonial na convivência de culturas, como por exemplo Ayouch (2019), Ambra (2021) e Guerra (2021). De forma ampla, essas/es autoras/es partilham da mesma posição, que faz parte do escopo da psicanálise, a respeito da reflexão sobre o processo de subjetivação, caracterizado pelo acesso impossível à representação e ao discurso. Essa posição subjetiva leva à subalternização dos sujeitos (Ayouch, 2019; Pavón-Cuéllar, 2021a).

Nossas reflexões não recusam a premissa de que a psicanálise tem contribuições expressivas a oferecer às discussões decoloniais. Porém, ao nos valermos de uma espessura histórica diante da homogeneidade do discurso de diversas/os psicanalistas

* Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Minas Gerais, Brasil. Investigador visitante em estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: fuadneto@ufs.edu.br

¹ Frase atribuída a M. D. Magno por Lélia Gonzalez em *A propósito de Lacan*, originalmente publicado em 1975 e que pode ser consultado em <http://revistaportoalegre.com/a-proposito-de-lacan/> (última consulta a 13.01.2023).

brasileiras/os acerca desta questão, algo se descola no tempo e um resto necessariamente não formulado surge demandando sentido. Analisada pelo viés histórico, a isonomia da ordem social se depara com os contornos da alteridade ou do implícito na suposta ordem (Certeau, 2020).

Uma leitura histórica dos eventos que marcaram a chegada da psicanálise lacaniana no Brasil explicita o deslocamento temporal. A primeira instituição de transmissão da psicanálise lacaniana surgiu no Rio de Janeiro em 1975, no Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, fundado por Magno Dias Machado (M. D. Magno) e Betty Milan, que expandiu o lacanismo de forma expressiva no Rio de Janeiro. Em 1985, eles organizaram o 2º Congresso Brasileiro de Psicanálise d'A Causa Freudiana do Brasil, que ficou conhecido como Congresso Psicanalítico da Banana.

Esse evento nos interessa, sobremaneira, tanto pelo seu caráter diverso como pelas consequências advindas de sua proposta. A diversidade e a multiplicidade dão a tônica do estilo lacaniano à brasileira, que propôs um diálogo de Lacan com a antropofagia, o tropicalismo, o carnaval, a brincadeira e o samba. Essas ações despertaram a atenção de Jacques-Alain Miller, que, como detalharemos adiante, fez diversas manobras políticas numa tentativa de impor o que seria uma psicanálise mundializada, a qual teria como orientação a sua leitura de Lacan.

As/Os analistas, ao discutirem a decolonialidade, muitas vezes ignoram esse fato histórico. No escopo deste ensaio, a decolonialidade nos interessa em sua especificidade a respeito das práticas de saber e da pesquisa que coloca a transformação material como meta de um percurso político mais amplo. Ou seja, a decolonialidade nos permite analisar criticamente os conceitos e as perspectivas impostas aos povos subalternizados (Santos, 2010). Decerto que a colonialidade continua presente nas mais diversas formas e, sobretudo, nos discursos reproduzidos cotidianamente em nossa sociedade. Assim, a partir da comprovação da permanência da estrutura colonial do poder, se torna necessário pensar alternativas que possibilitem a libertação de uma sociedade. Esta libertação, na concepção de Santos (2020), é fruto de um processo relacionado com a valorização do conhecimento produzido sob a perspectiva de grupos não hegemônicos. No contexto brasileiro destacamos os trabalhos da historiadora e filósofa Lélia Gonzalez que, em diálogo com a teoria psicanalítica, descortinou as diversas desigualdades e o processo de hierarquização da sociedade brasileira a partir de três dimensões: gênero, raça e classe (Rios e Lima, 2020).

As discussões sobre as relações entre psicanálise e brasilidade marcaram a chegada do lacanismo no Brasil. A partir de 1980, o grupo que iniciou a difusão do pensamento de Lacan desenvolveu um seminário, que procurava destacar os significantes constituintes do sintoma e da fantasia particular do Brasil. Esse trabalho, desenvolvido por vários anos, culminou no Congresso Psicanalítico das Bananas. O periódico *Revirão*, editado pelo mesmo grupo, coligiu e publicou em seus primeiros números os textos resultantes dos trabalhos apresentados no evento.

Essa proposta de discutir o Brasil está nitidamente presente nos três primeiros números da revista. Junto a versões para o português de textos lacanianos, o *Revirão* apresenta seções com discussões clínicas apresentadas por psicanalistas brasileiras/os e estrangeiras/os, além de artigos com reflexões psicanalíticas sobre música, literatura, arte e política brasileiras.

Silenciamento e invisibilidade

Interessamo-nos por aquilo que as tentativas de articulação entre a teoria psicanalítica e a decolonialidade deixam adormecido e pelo conteúdo produzido por psicanalistas de gerações anteriores e que atualmente é desconsiderado, seguindo a indicação de Certeau (2020) de procurar um sentido nas relações estabelecidas. A determinação de significações nos permite, pois, encontrar uma organização desse sentido. Por seu intermédio, podemos notar que a coerência constitui na história um bloco homogêneo e limitado. Assim, a noção de periodicidade, clássica na área da história, seria tomada como uma descontinuidade entre as formas de ordenamento da cognição, uma passagem brusca entre elas.

Essas indicações nos abrem a possibilidade de pensarmos a temporalidade como uma característica estrutural da historiografia propriamente dita (LaCapra, 2006). Não temos a pretensão de uma interpretação definitiva sobre o tema abordado. Cientes das múltiplas possibilidades de interpretação de eventos históricos diante da temporalidade, pretendemos, neste ensaio, apresentar alguns elementos de nossa interpretação histórica sobre a retomada das discussões decoloniais pelas/os psicanalistas.

Por meio de relatos em forma de textos, documentos de instituições de psicanalistas e recortes de jornais, pretendemos, em nossa interpretação, dar voz ao que foi silenciado; aos acontecimentos que, pela via do silêncio, se tornaram invisíveis. Aproximamo-nos daquilo que LaCapra (2016) designa como história traumática.

Nossa abordagem histórica se faz em direção êmica.² Utilizaremos os conceitos de Freud e de Lacan sobre trauma, recalque, real e repetição como operadores de análise. Concernente à historicidade do lacanismo no Brasil, o trauma nos interessa em seu aspecto da temporalidade repetitiva. Conforme ressalta LaCapra, o trauma se produz, de forma oculta, mediante a repetição, pois o acontecimento traumático se registra após um período de latência do momento em que é recalcado, deslocado ou negado: “[...] o trauma deve retornar compulsivamente como o recalcado” (2008: 188; tradução nossa). Segundo Freud (2004), o recalque visa manter no inconsciente os conteúdos ideativos, ligados às pulsões, cuja persistência provocaria desprazer. A afirmação freudiana de que o recalque perturba exclusivamente a relação com o sistema do consciente é fundamental para a nossa análise histórica.

As/Os psicanalistas, em seu cotidiano, experimentam a carga psíquica do evento que marcou a chegada do lacanismo no Brasil. Apesar de não serem responsáveis por ele, sentem os efeitos de seus restos históricos em suas instituições de formação. O trauma na história do lacanismo brasileiro se manifesta nas/nos analistas como esquecimento, que é uma das formas de retorno do que é recalcado.

A realidade psíquica, o desejo inconsciente e seus restos formam a categoria lacaniana de real. Por isso, não se atribui ao real aquilo que é encontrado, mas o que é reencontrado. Temos, assim, a dimensão histórica do sujeito. Em sua posição tópica, o real caracteriza-se como aquilo que está situado fora do campo demarcável. Por ter um estatuto de vazio, ele se articula com os vazios do simbólico e do imaginário. Ele designa, ainda, os significantes que foram rejeitados do simbólico (Lacan, 2005 [1953]; Kaufman, 1996), como foi o caso do Congresso Psicanalítico da Banana.

Para Freud, o sujeito está impedido de recordar o que esqueceu e recalcou expressando-se por meio da ação repetida:

Aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições de resistência. Podemos agora perguntar o que é que ele de fato repete ou atua (*acts out*). A resposta é que repete tudo o que já avançou a partir das fontes do recalcado para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter. (Freud, 1996 [1914]: 167)

² A pesquisa utilizou os conceitos na perspectiva da função que desempenham no sistema cultural estudado.

Lacan (1990 [1964]), ao comentar esse texto freudiano, se interessou pela relação da repetição (*Wiederholung*) com a lembrança (*Erinnerung*), indicando que ela se estabelece até o limite do real. Lembrar seria repetir numa sequência, na qual algo de não representável no aparelho psíquico faria com que o ato de evocar uma memória produzisse lacunas, que não seriam ocupadas pelo universo simbólico do sujeito. Esse furo, ao constituir o universo subjetivo, faz com que o discurso seja inacabado. Apesar da relação entre lembrança e repetição, temos uma diferença entre estes fenômenos. Sobre essa diferença, afirma:

[...] nessa ocasião, eu lhes mostro que, nos textos de Freud, repetição não é reprodução. Jamais qualquer oscilação sobre este ponto *Wiederholen* não é *Reproduzieren*. Reproduzir é o que se acreditava poder fazer no tempo das grandes experiências de catarse. (*ibidem*: 52)

Inspirados na proposta de LaCapra (2006, 2008), propomos uma interpretação histórica do Congresso Psicanalítico da Banana como um momento medular do real ao apresentar a peculiaridade da chegada do lacanismo no Brasil.

A banana e a colonização: o 2º Congresso Brasileiro de Psicanálise d'A Causa Freudiana do Brasil

O 2º Congresso Brasileiro de Psicanálise foi promovido pela Causa Freudiana do Brasil e ocorreu em outubro de 1985 no Rio de Janeiro. Segundo Olandina de Assis Pacheco, diretora do Congresso, pretendia-se

[...] marcar uma postura que supõe a especificidade de uma Psicanálise brasileira, isto é, sem negar a universalidade da doutrina freudiana, pensamos que a Psicanálise, tendo por instrumento a palavra e como objetivo o homem em sua relação com a linguagem, e, portanto, com a(s) tradições, costumes e preceitos também por ela transmitidos, ganha em cada cultura características específicas, que lhe são, no entanto, essenciais. (1984: 162).

Em julho de 1985, foi divulgado o *Manifesto da Causa Freudiana no Brasil*. O documento apresentou as divergências do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro com

relação às exigências da Fondation du Champ Freudien para a realização de um encontro no Rio de Janeiro.

Dentre as condições impostas, constavam que: ele seria organizado sob a égide da *Fondation*; sua organização seria feita por uma Comissão Brasileira; as/os não brasileiras/os (francesas/es e outras/os) seriam convidadas/os exclusivamente pela *Fondation*, sem qualquer intervenção da Comissão Brasileira; as/os não brasileiras/os participariam do Congresso em “pé de igualdade” com as/os brasileiras/os, o que Miller designou como “ausência de favor especial”; a responsabilidade do Congresso estaria inteiramente a cargo da Comissão Brasileira; e, finalmente, o programa do encontro, embora estabelecido pela Comissão Brasileira, estaria sujeito à aprovação da *Fondation* (Magno, 1985).

O *Manifesto* evidencia a manobra da *Fondation* para obter a hegemonia da transmissão da psicanálise em terra brasileira. As/Os brasileiras/os, que participariam do evento como convidadas/os de um evento organizado pela *Fondation*, surgiram abruptamente como organizadoras/es, porém em uma curiosa posição: limitadas/os pelo poder de veto da instituição francesa, que determinaria não só a comissão organizadora mas também as/os convidadas/os não brasileiras/os. A proposta omitiu a iniciativa de um evento do qual detinha o controle, mas fazendo-se passar por convidado, num jogo de aparências. A estratégia francesa procurou sinalizar que o que suportava a realização do evento era o desejo daqueles que formavam a Comissão Brasileira. A interpretação de que o desejo de hegemonia foi o que movimentou esta estratégia para a organização do evento torna-se plausível.

O *Manifesto* revela também o subterfúgio usado pela instituição francesa para obter a hegemonia colonizadora:

[...] trata-se de fazer-se passar pelos detentores lídimos da herança lacaniana, semblante que só pode ser mantido longe daqueles que testemunharam os impasses ético-institucionais que se desencadearam com o surgimento da *École de la Cause Freudienne* que se fez representar pela *Fondation*. (Magno, 1985: 309; grifos no original)

O Congresso Psicanalítico da Banana foi realizado nesse momento de tensão institucional. Ficou nítido, durante o evento, o sentimento de colonização e de

superioridade das/dos francesas/es, que representavam o “*croissant*” (Ferreira Neto, 2015).

O interesse de Miller no Brasil remonta a 1981, quando, em outubro – cerca de um mês após a morte de Lacan –, ele visitou o país. No editorial do primeiro número do periódico *Falo*, de maio de 1987, ele revela que “escutamo-nos, discutimos, em suma há mais de cinco anos que existimos uns para os outros – apesar da distância que é geográfica, e não do coração” (Miller, 1987: 5).

A referência ao ensino de Lacan surgiu em oposição a outros grupos e com alusões à seriedade e aplicação no trabalho, mesmos significantes utilizados nos ataques ao grupo ligado a Magno:

Não somos os únicos a nos referir ao ensino de Lacan, é fato; *nossa maneira de fazê-lo só a nós pertence*. Ao nosso ver, Jacques Lacan não foi um mago; as *anedotas* que se apregoam sobre ele oriundas do espanto daqueles que se aproximaram deste homem pouco comum, amplificadas pela *malevolência* e pela *incompreensão* que se vinculam àquele que não cede em seu desejo, não fazem justiça a uma vida dedicada ao esforço... Não se *entende nada de Lacan* se nele não se vê antes de mais nada o trabalhador encarniçado [...]. (*ibidem*; grifos nossos)

Não podemos deixar de notar as interferências de Miller na organização do legado lacaniano nos trópicos. Em uma entrevista a um jornal de grande circulação no Brasil, ele nos mostra a continuidade da estratégia de desqualificação do grupo que se opõe à hegemonia francesa. Acompanhado do então coordenador da Causa Freudiana no Brasil, Miller difundiu o 2º Encontro Brasileiro do Campo Freudiano. No decorrer da entrevista, ele pontuou que “*seu pessoal*, ligado ao Campo Freudiano do Brasil, não tem nada a ver com *Magno Machado Dias*, do Rio, porque os *verdadeiros* lacanianos se distinguem pela ‘seriedade’ e ‘aplicação’, entre outras qualidades” (Costa, 1989: E8; grifos nossos).

Difícil não perceber a manobra discursiva presente no texto. O grupo liderado por Miller entende Lacan, conhece suas motivações e faz jus ao seu trabalho obstinado. Os demais, por não compreenderem o valor da obra de Lacan e por não terem noção de sua vida, não estão aptos a transmitir seu legado. Eis aqui um viés de controle disciplinar que aproxima o humor da malevolência e atribui a quem supostamente o pratica uma falta de entendimento da teoria. Importante notar que, no intervalo entre o editorial (1987) e a entrevista (1989), a desqualificação recebeu o nome de um dos principais idealizadores

do Congresso Psicanalítico da Banana e, por consequência, do grupo de psicanalistas que contestou politicamente a chegada das/dos francesas/es.

Curiosamente, Lélia Gonzalez, uma intelectual que se aproximou de Freud e Lacan por intermédio de M. D. Magno e Betty Millan, mentores desse grupo de opositores a Miller, é referência para diversos movimentos sociais, sobretudo antirracistas e feministas. Para as novas gerações, ela é vista como um ícone do feminismo negro brasileiro, sendo cada vez mais influente na América Latina e nos Estados Unidos, recém-descoberta pelo feminismo europeu, especialmente o francês. Da produção renovada sobre o seu pensamento, destaca-se a abordagem psicanalítica (Rios e Lima, 2020). Junto aos organizadores do Congresso Psicanalítico da Banana, elaborou, à sua maneira, uma reflexão sobre a cultura, buscando aproximar a psicanálise das ciências sociais e alinhando explicações interdisciplinares sem desprezar o que cada área disciplinar é capaz de revelar para a compreensão da realidade brasileira (*ibidem*; Ambra, 2021).

Gonzalez, que é frequentemente tomada como referência nos textos psicanalíticos sobre decolonização, tem, via de regra, ignorada a presença do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro em sua trajetória intelectual. Ambra (2021), um dos poucos autores que, ao discutir psicanálise e decolonização, faz apontamentos históricos sobre a trajetória de Lélia, recorda que, em janeiro de 1977, o *Jornal do Brasil* a entrevistou na qualidade de uma das fundadoras do Colégio Freudiano. Lélia iniciaria em março daquele ano seu curso de formação em psicanálise, no qual ministraria o módulo de Freud, nesse que seria um dos primeiros espaços de formação lacaniana no Brasil. Nas palavras do autor: “[...] o que explica, talvez, a extensão de sua apropriação e utilização da psicanálise em dois de seus textos mais fundamentais: *Racismo e sexismo na cultura brasileira* e *A categoria político-cultural da amefricanidade*” (*ibidem*).

Ora, as relevantes discussões trazidas por psicanalistas ignoram os entraves colocados pelas/os francesas/es quando da chegada da psicanálise no Brasil e suas reiteradas tentativas de afastá-la de quaisquer aproximações com as discussões acerca da realidade brasileira. Essas tentativas incluíram a criação da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) vinculada à Associação Mundial de Psicanálise (AMP). Trata-se de uma iniciativa de propor uma leitura mundial de Lacan, que teria Miller na posição de mentor.

Em março de 1995, Miller assinou uma carta saudando a criação da EBP, na qual explicita sua visão de como foi a inserção do lacanismo no Brasil. Ao lembrar o percurso de criação da EBP, ele ressalta que “perdeu-se muito tempo em *dissensões subalternas*.

Apelava-se para os franceses, ao mesmo tempo com temor do imperialismo deles” (grifo nosso). Em outro fragmento, ele faz um apelo para que se aceite, no Brasil, o uno da escola: “O Um da Escola é frágil e será bem-vindo tudo que venha reforçá-lo com uma condição – que o Múltiplo o aceite de bom grado”.

Nessas palavras, percebemos a marca daquilo que Spivak (2012) designa como “silenciamento do subalterno”. Nos termos dessa autora, esse episódio nos apresenta o intelectual, que julga poder falar pelo outro. Neste sentido, Santos (2020) ressalta que o pensamento eurocêntrico dificulta o surgimento de uma epistemologia que possibilite que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos seus próprios termos. Essa posição de mensageiro do outro reproduz as estruturas de opressão e poder propícias à manutenção do silenciamento do subalterno, pois não oferece um espaço onde ele possa falar e, principalmente, ser ouvido. O que não se suporta ouvir do subalterno? Santos (2014) nos auxilia nesta reflexão ao enfatizar que a linha abissal que marca o nosso século possui o caráter epistêmico da segregação de saberes do Sul (oriundos dos sofrimentos e das lutas contra as opressões), que continuam não sendo reconhecidos como importantes. Esse autor considera que a diferença abissal colonial esconde outras fraturas, resultantes da persistência das relações e interpretações patriarcais e capitalistas. Essa persistência se faz notar no retorno do colonizador. Ele assinala o ressurgimento de formas de ordenamento colonial nas sociedades metropolitanas, dessa vez governando a vida dos cidadãos comuns. Esse fenômeno, curiosamente, é nomeado como “governo indireto”³ (Santos, 2010: 41). Estas considerações nos levam a pensar que o que não é suportável ser ouvido regressou na forma de dissensões.

Em um curto intervalo de tempo, o funcionamento da Escola mostrou que as questões ali levantadas seriam pivô de uma crise institucional. A cisão brasileira, que foi responsável pelo desligamento de cerca de um terço de membros e aderentes da EBP, não foi um movimento isolado, estendendo-se por outras instituições vinculadas à AMP. Diversos documentos apontam como causa do desligamento as condutas do delegado geral da AMP: seu autoritarismo, sua predileção por conflitos, o desrespeito pelos Estatutos e a pretensão de reduzir a leitura de Lacan à sua interpretação (Ribeiro, 1998).

³ No contexto da disseminação do lacanismo no Brasil, consideramos que o conceito de governo indireto pode ser válido para refletirmos sobre a cooptação das/dos psicanalistas brasileiras/os pelas/os francesas/es. Nas palavras de Santos: “No domínio do conhecimento, a apropriação se estende desde o uso de nativos como guia e o uso de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão [...]” (Santos, 2010: 35; tradução nossa). Este autor considera que as tensões entre regulação e emancipação que se faz presente de um lado da linha não é contraditória com a tensão entre apropriação e violência presente no outro lado da linha.

Trata-se de um momento doloroso na história do lacanismo brasileiro. A psicanálise lacaniana, que já era fragmentada, foi marcada por uma ruptura de vastos efeitos a serem considerados regionalmente no Brasil. Em diversas cidades brasileiras, para além das capitais, não é incomum nos depararmos com a coexistência de instituições lacanianas antagônicas.

Nesse sentido, podemos inferir sobre o caráter traumático desse evento, uma vez que seus questionamentos sobre o diálogo entre psicanálise e brasilidade tiveram repercussões que afetam, ainda hoje, as instituições de formação lacaniana no Brasil.

O real como retorno das causas das “dissenções subalternas”

A repetição na acepção lacaniana se relaciona com o retorno do objeto *a*. Ela tem como característica a impossibilidade de recordar algo que nela está envolvido; o que está excluído da cadeia significante, mas em torno do qual a cadeia gira (Fink, 1997). Estamos abordando aquilo que Lacan (1999 [1957-1958]) designou como *autômaton*, o desdobramento automático do inconsciente na cadeia significante, que envolve a insistência de alguns signos (repetição).

A história provém de uma irrupção de um discurso no real e o espaço histórico se constitui como um cenário simbólico cerzido pela linguagem do que pensamos, dizemos e agimos. Em Lacan, isso seria a dimensão da história (Pavón-Cuéllar, 2021b).

Ao acompanharmos este raciocínio que enfatiza a irrupção de um discurso no real, chama-nos a atenção, em diversos textos que propõem o diálogo da psicanálise com o pensamento decolonial, o surgimento de dados sobre a violência no Brasil, o mercado de trabalho e seu elevado índice de desemprego, indicadores de renda e condição de moradia, além de informações sobre as políticas de educação e saúde, que demonstram, de forma inequívoca, o abismo social em que o país se encontra.

A preocupação das/dos psicanalistas com as mazelas sociais brasileiras é um fato meritório. Afinal, a teoria psicanalítica tem sólidas contribuições a oferecer para uma reflexão sobre o funcionamento social ao rejeitar a oposição simplificada entre indivíduo e sociedade, pleiteando que sujeito e desejo só existem em função do laço social, ideia subversiva em sua essência (Pommier, 1989).

Nossa reflexão se ancora na força do dizer das/dos brasileiras/os sobre sua vida, o cotidiano das/dos brasileiras/os em suas cidades marcadas pelas alarmantes estatísticas sociais, educacionais, de saúde e segurança pública. Isso assegura que as/os analistas não possam ignorar essa força, a qual manifesta uma irrupção de um discurso no real, que

abala o espaço coletivo, que, frente a isso, se movimenta. O “manifesto por uma psicanálise descolonizada” deixa clara esta preocupação de algumas/alguns psicanalistas:

[...] Sua raiz é o encontro da psicanálise com corpos subalternizados e seus modos inconscientes de ocupação. Corpos negros na metrópole, aquilombados no Sul Global, transgêneros nas conquistas jurídicas, organizados nos desastres ecológicos, pacifistas nas guerras tribais, indígenas em preservação de suas terras, denunciando na cena violenta doméstica, em luta nos motins e chacinas, migrantes e ribeirinhos em terra natal, apátridas pelo avanço tecnológico, resistentes de telas. (Guerra, 2021)

Com quais recursos as/os psicanalistas podem se preparar para escutar o dizer dos subalternizados? Esse dizer que se recusa a ficar esquecido por trás do que se ouve. LaCapra (2008) nos fornece algumas contribuições ao fazer uma diferença entre contextualizar e historicizar. Uma contextualização cuidadosa é importante para a compreensão histórica, mas a historicização não se reduz a ela. Os textos não leem a si mesmos. Por isso, precisamos ter em atenção a sua condição de produção e recepção no passado, para procedermos a um intercâmbio dialógico no horizonte de uma interação entre passado e presente com possíveis implicações para o futuro.

Ao recebermos o passado com os valores do presente, ou seja, tentar escrevê-lo com os valores do presente, estamos “[...] a acordar os mortos para poder interrogá-los sobre os problemas que nos interessam, as respostas que obtemos nos dizem mais sobre nós mesmos que sobre um contexto que não podemos reconstruir plenamente [...]” (LaCapra, 2008: 49; tradução nossa).

Dizemos mais de nós mesmos ao estarmos às voltas com o real do qual não escapamos. A repetição envolve algo que as insistentes tentativas de lembrança não obtêm êxito. Isso é o que está excluído da cadeia significativa, porém em torno do que a cadeia se movimenta. O sujeito dá voltas e mais voltas numa tentativa de articular o que parece estar em questão, mas não consegue localizá-lo. Temos, aqui, o caráter *autômaton* da repetição, que se caracteriza pela insistência dos signos comandados pelo princípio do prazer. A *tiquê*, por sua vez, seria uma forma de repetição que envolve o encontro com o real. Todavia, na *tiquê*, o real está em posição de causa da interrupção da seriação automática. Dessa forma, a *tiquê* está para além do *autômaton* (Fink, 1997; Lacan, 1999 [1957-1958]).

Numa perspectiva histórica, o *autômaton* nos permite afirmar que a ideia corriqueira de resgatar a história não é profícua para nossa discussão. Esse conceito sinaliza que não existe um passado que se encontra fora do presente, antes e atrás dele. Em nossa reflexão, a história é, no presente, uma restituição do passado. O *autômaton* indica nossa condição de precipitado histórico: “uma condensação do passado que se revive e se continua a cada momento através de nós, o que fazemos, o que somos, o que nos guia” (Pavón-Cuéllar, 2021b).

Nesses termos, em que pesem suas diferenças epistemológicas, aproximamos as noções de governo indireto (Santos, 2010) com a decolonização imaginária (Pavón-Cuéllar, 2021b) quanto aos seus efeitos alienantes: uma repetição na qual o encontro com o real se torna impossível, pois fica preenchido com o discurso do colonizador. Desse modo, o reordenamento da vida colonial relaciona-se com a segregação de saberes entre o Sul e o Norte (Santos, 2010, 2014, 2020). As possibilidades de constituição dos saberes do Sul estariam obturadas pelo apego a significantes de supostos mestres, que impossibilitariam o encontro dos sujeitos colonizados com seus impasses, uma vez que eles sempre recorreriam a uma resposta previamente constituída.

Concernente às/aos psicanalistas, Pavón-Cuéllar (2021a) nos lembra que o valor atribuído ao ser psicanalista é diretamente proporcional a sua carga europeia ou a sua proximidade simbólica ou imaginária com a Europa. Com efeito, na acepção lacaniana, o imaginário está associado como o lugar da primazia do eu, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo (Roudinesco, 1998). Assim, o apego aos significantes propagados pelos supostos mestres europeus, ao ser considerado na esfera do sujeito, se constitui num empecilho para uma transformação epistemológica e contribui de forma decisiva para a manutenção de uma sociabilidade e subjetividade colonial. Daí a dura constatação de Pavón-Cuéllar de que “a decolonização imaginária também não libertou ninguém do colonialismo” (2021b; tradução nossa).

A questão, aqui, é que o entusiasmo brasileiro com a psicanálise desvela nossa própria condição colonial ao atribuir a ela uma autoridade e uma verdade absoluta sobre nossa condição latino-americana. Afinal, as/os psicanalistas podem fazer com que a psicanálise funcione colonialmente no Brasil. A história da chegada da psicanálise entre brasileiras/os nos mostra que a discussão acerca de uma psicanálise colonizadora foi rechaçada com a estratégia de desqualificar as nossas questões (discussões subalternas) acompanhada de promessas de acesso a uma “verdadeira psicanálise”. Nossos impasses de povo colonizado correm o risco de funcionarem exclusivamente para sobredeterminar

e reforçar essa doutrina. Esta predisposição doutrinária se daria pela via da desconsideração da pergunta subjacente ao fato ignorado: como significar isto? Schwarz (1987) nos lembra do fascínio que o modelo europeu exerce sobre a elite brasileira (onde incluímos, também, a elite intelectual).

Isso faz com que a dinâmica do governo indireto sustentado pela decolonização imaginária se faça possível. Os burgueses/intelectuais se convertem em intermediários e agentes de negócios dos burgueses/intelectuais europeus – percepção que Fanon (2022 [1961]) apresenta detalhadamente no clássico *Os condenados da terra* e que tragicamente nomeou como “desventuras da consciência nacional”.

Enfatizamos que essas considerações não se constituem justificativas para desqualificar o diálogo entre a teoria psicanalítica e as teorias coloniais. A psicanálise tem contribuições significativas para as reflexões no campo decolonial ao trabalhar com a alienação, as contradições e a segregação dos sujeitos. A teoria psicanalítica recusa, também, um saber absoluto e generalizador, propondo um saber sobre cada sujeito e permitindo, dessa forma, a escuta das implicações socioculturais no singular.

Entretanto, as/os psicanalistas são as/os operadoras/es das ferramentas teóricas. Em sua atividade, a passagem do *autômaton* para a *tiquê* é fundamental. O reencontro com o real traumático é a causalidade dessa passagem ao interromper a seriação automática dos significantes, inclusive os significantes teóricos. Ou seja, a/o analista, em sua *práxis* na clínica (psicanálise em intensão) ou no campo designado por Lacan como psicanálise em extensão (a psicanálise e suas conexões), deve estar atento àquilo que lhe causa estranheza, àquilo que lhe provoca questão, aos retornos da história. A repetição de aspectos da teoria sem uma problematização da chegada do lacanismo no Brasil, os impasses das/dos primeiras/os analistas, as estratégias de silenciamento e opressão utilizadas nas disputas políticas podem ser potencialmente alienadoras em seu mascaramento do real de nossa realidade socioinstitucional.

Schwarz nos fala do esquecimento de nossa história como marca da cultura nacional:

Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual do Brasil parece recomeçar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a consequente descontinuidade da reflexão. (1987: 30)

Numa visada psicanalítica, notamos que essa observação fala do apagamento de uma geração por outra posterior. Não por acaso, a geração esquecida foi a que trabalhou intensamente pela transmissão e difusão do pensamento de Lacan, numa perspectiva de aproximá-lo da brasilidade, e teve um enfrentamento com seu genro. Referimo-nos a um evento traumático para a psicanálise brasileira, que possui a característica de perturbar as percepções presentemente possuídas do conhecimento e da verdade pelas/os analistas. Esse tipo de caracterização do trauma histórico e dos seus efeitos revela o recalque de significantes traumáticos e as contradições da representação que marcam o laço entre analistas. Esse laço tem como característica a demanda de fidelidade a mestres detentores dos supostos saberes atinentes à verdadeira psicanálise.

A ausência da retomada das reflexões realizadas no Congresso Psicanalítico das Bananas nas discussões atuais mostra que algo do real retorna e não encontra elaboração. Não podemos ignorar que, em psicanálise, o sintoma corresponde a uma palavra silenciada a ser liberada. Ele testemunha o retorno de uma verdade recalcada, indexando-a ao ser real do sujeito tanto individual como coletivo. A partir dessas premissas, LaCapra (2016) considera o trauma como o indizível, que ainda clama por um discurso sem fim. Ele parte do princípio de que não se pode calar perante o que não deve ser dito. Por isso, mesmo entre analistas, é extremamente profícuo fazer falar o sintoma de forma a diminuir a sua parte irreduzível e fazer com que o sujeito (coletivo de analistas) produza um saber sobre o sintoma e, por ele, se torne responsável.

Considerações finais: o futuro passa pelo passado

Como brasileiras/os, visitar o passado não é nossa maior qualidade e, justamente por evitá-lo, incorremos no risco de repetir e aprofundar os equívocos. Um desses equívocos é a colonização imaginária, que tem como consequência uma independência de caráter estritamente formal.

A colonização imaginária tem como raiz a repetição automática. A elaboração seria uma maneira de lidar com a resistência, proveniente da repetição não simbolizada. Em consonância com o método da clínica psicanalítica, abordamos a interpretação das resistências como uma forma de simbolizar a atuação por intermédio da recordação.

A aposta psicanalítica na *tiquê* como encontro do real, que surge sempre disfarçado, significa uma aposta na simbolização de um evento ocorrido. Consideramos o Congresso Psicanalítico da Banana como um resto, que retorna como historicamente recalcado e precisa tornar-se consciente, racionalizado, possibilitando a elaboração de lembranças.

A elaboração à qual nos referimos passaria por um abalo em identificações, que toma esse evento na ordem simbólica, na atribuição a ele de significantes. Especificamente, o significante define a *práxis* da verdadeira psicanálise, aquilo que LaCapra designa como “totalização redentora” (2016: 208). Vislumbramos um potencial político na elaboração, pois, ao combinar crítica e autocrítica, ela possibilita o exame acurado do uso do arcabouço conceitual da psicanálise de forma dogmática.

Isso colabora com a gigantesca tarefa de construir novas formas de acolhimento da diferença para além da submissão. Ou seja, outras formas de lidar com a alteridade e seu potencial de estranhamento, seu caráter de intruso. Concernente à experiência subjetiva, esse encargo significa elaborar formas de reconhecimento inteligíveis e que ultrapassem qualquer lógica identitária ou colonial (Cunha, 2022).

Não há futuro sem passado. São os restos que nos instigam a escutar as insinuações da vida e acolher a fala que deles provém, para quem e além das disputas fálicas pela hegemonia com seus jogos de poder.

Referências bibliográficas

- Ambra, Pedro (2021), “As pedras de Exu. A psicanálise em Frantz Fanon e Lélia Gonzalez”, *Revista Rosa*, 3(1), 26 de fevereiro. Consultado a 05.09.2022, em <https://revistarosa.com/3/as-pedras-de-exu>.
- Ayouch, Thamy (2019), “A psicanálise é o contrário da exclusão”. São Paulo: N-1 edições. Consultado a 06.09.2022, em <https://www.n-1edicoes.org/a-psicanalise-e-o-contrario-da-exclusao>.
- Certeau, Michel (2020), *História e psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Costa, Caio Túlio (1989), “Genro de Jacques Lacan enfrenta a ética da psicanálise”, *Folha de São Paulo*, 23 de janeiro, E8.
- Cunha, Eduardo Leal (2022), “Colonização, identificação e o que fazer do futuro”. São Paulo: N-1 edições. Consultado a 06.09.2022, em <https://www.n-1edicoes.org/colonizacao-identidade-e-o-que-fazer-do-futuro-1>.
- Fanon, Frantz (2022), *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar Editora [ed. orig. 1961]. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos.

- Ferreira Neto, Geraldino Alves (2015), “Congresso psicanalítico das bananas”, *Associação Livre*, 11 de junho. Consultado a 14.09.2022, em <https://www.associacaolivres.com.br/blog/artigo/congresso-psicanalitico-das-bananas>.
- Fink, Bruce (1997), “A causa real da repetição”, in Bruce Fink, *Para ler o seminário 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 239-247.
- Freud, Sigmund (1996), “Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica)”, in Sigmund Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 161-171. [ed. orig. 1914]. Tradução de James Strachey.
- Freud, Sigmund (2004) “O recalque”, in Sigmund Freud, *Escritos sobre a psicologia do Inconsciente*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, 175-191 [ed. orig. 1915].
- Guerra, Andréa (2021), “Manifesto por uma psicanálise decolonizada”. São Paulo: N-1 edições. Consultado a 06.09.2022, em <https://www.n-1edicoes.org/manifesto-por-uma-psicanalise-decolonizada>.
- Lacan, Jacques (2005), “O simbólico, o imaginário e o real”, in Jacques Lacan, *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 11-53 [ed. orig. 1953].
- Lacan, Jacques (1990), *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [ed. orig. 1964].
- Lacan, Jacques (1999), *O Seminário, livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [ed. orig. 1957-1958].
- Kaufmann, Pierre (1996), “Real” in Pierre Kaufmann, *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 444-445. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges.
- LaCapra, Dominick (2006), *Historia em trânsito. Experiencia, identidad, teoria critica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- LaCapra, Dominick (2008), *Representar el Holocausto. História, teoria, trauma*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- LaCapra, Dominick (2016), *História, literatura, teoria crítica*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Magno, Machado Dias (1985), “A Causa Freudiana no Brasil: um manifesto”, *Revirão. Revista da Causa Freudiana*, 2, 308-310.
- Miller, Jacques-Alain (1987), “Editorial. Orientação Lacaniana”, *Falo. Revista do Campo Freudiano*, 1, 5-8.

- Miller, Jacques-Alain (1995), “Carta de Jacques-Alain Miller à Escola Brasileira de Psicanálise”. Consultado a 04.10.2020, em <https://www.ebp.org.br/wp-content/uploads/2020/02/22Carta-de-Jacques-Alain-Miller-a%CC%80-Escola-Brasileira-de-Psicana%CC%81lise22-Jacques-Alain-Miller.pdf>.
- Pacheco, Olandina Monteiro Cruz de Assis (1984), “A psicanálise no Brasil”, *Revirão. Revista da Causa Freudiana*, 1, p. 162.
- Pavón-Cuéllar, David (2021a), “Descolonizar el psicoanálisis o descolonizar del psicoanálisis em América Latina?”, *Teoría y crítica de la psicología*, 15, 74-90.
- Pavón-Cuéllar, David (2021b), “Los aún condenados de la tierra: crítica de la descolonización imaginaria”, *Intervención y coyuntura. Revista de Crítica Política*, 7 de dezembro. Consultado a 14.09.2022, em <https://intervencionycoyuntura.org/los-aun-condenados-de-la-tierra-critica-de-la-descolonizacion-imaginaria/>.
- Pommier, Gérard (1989), *Freud apolítico?* Porto Alegre: Artes Médicas. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos.
- Ribeiro, Maria Anita Carneiro (org.) (1998), *A cisão de 1998*. Rio de Janeiro: Marca d'Água Livraria e Editora.
- Rios, Flavia; Lima, Márcia (orgs.) (2020), *Por um feminismo afro latino americano. Lélia Gonzalez. Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Roudinesco, Elisabeth (1998), *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. Tradução de Vera Ribeiro.
- Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce. Tradução de José Luis Exeni R., José Guadalupe Gandarilla Salgado, Carlos Morales de Setién e Carlos Lema.
- Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Abingdon: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2020), *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Edições Almedina.
- Schwarz, Roberto (1987), “Nacional por subtração”, in Roberto Schwarz, *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 29-48.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2012), *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira.